

## **ANEXO Nº 1 - CONDIÇÕES GERAIS CONTRATUAIS**

### **1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

1.1. Manter, durante a execução deste Contrato:

- (i) as condições de habilitação e da proposta, exigidas quando da contratação, e
- (ii) a regularidade perante a Justiça do Trabalho e a Seguridade Social.

1.2. Comprovar por escrito, sempre que solicitado pela PETROBRAS, o cumprimento de suas obrigações previstas nesse Contrato, no Código de Conduta Ética, no Guia de Conduta Ética para Fornecedores, na Política de Responsabilidade Social da Petrobras e na legislação aplicável.

1.3. Arcar com todos os custos e despesas relativos aos processos administrativos, judiciais e arbitrais, que venham a ser ajuizadas em face da PETROBRAS, resguardando os interesses da PETROBRAS, inclusive por meio das garantias necessárias a sua desoneração.

#### **Relacionadas à execução dos serviços e responsabilidade técnica**

1.4. Executar os serviços, de acordo com os prazos e condições estabelecidos nesta Carta-Contrato e seus Anexos.

1.5. Reparar, reconstruir ou substituir, no total ou em parte, às suas expensas e nos prazos estipulados pela Fiscalização, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados, mesmo se já registrado em Relatório de Medição (RM).

1.6.1 - Caso necessária a remoção de bens ou materiais, a CONTRATADA deverá fazê-la no mesmo local em que foram disponibilizados à PETROBRAS.

#### **Seguro de Vida**

1.7. O CONTRATADO deverá contratar Seguro de Vida para a execução do presente CONTRATO, abrangendo morte acidental e invalidez permanente total ou parcial por acidente caso suas atividades sejam desenvolvidas nas instalações sob responsabilidade da PETROBRAS ou em instalações de terceiros a serviço da PETROBRAS, com importância segurada de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) vezes o valor total desta carta contrato dividido pelos meses do prazo de vigência.

### **2. OBRIGAÇÕES DA PETROBRAS**

2.1. Efetuar os pagamentos devidos ao CONTRATADO pelos serviços prestados, medidos e faturados.

2.2. Caso aplicável, custear diretamente as seguintes despesas incorridas em função de deslocamento do CONTRATADO para atender necessidades eventuais da PETROBRAS relacionadas a esta Carta-Contrato, quando não configurarem custo essencial à prestação do serviço contratado:

- a) Passagens aéreas em classe econômica, transporte terrestre rodoviário e despesas com alimentação: limitado ao valor previamente acordado com a PETROBRAS, não sendo reembolsáveis as despesas com bebidas alcoólicas e frigobar;
- b) Hospedagem: diária de hotel em quarto “standard”, em hotel constante de lista expressa e previamente acordada com a PETROBRAS; sempre que houver a necessidade de utilização de quarto com diária superior à acordada ou fora da lista referida deverá ser requerida a autorização, por escrito, da PETROBRAS;
- c) Despesas com percursos para o aeroporto e do aeroporto para a residência ou escritório: limitado ao valor previamente acordado com a PETROBRAS.

2.2.1. Comunicar previamente eventual impossibilidade de custeio direto das despesas acessórias, cabendo ao CONTRATADO assumi-las e solicitar posterior reembolso.

### **3. SIGILO**

3.1. A Parte que receber informação classificada pela outra Parte como “Informação Confidencial” se obriga, pelo prazo de 20 (vinte) anos, a mantê-la sob sigilo, obrigando-se por seus administradores, empregados, sucessores e representantes em geral, sob pena de aplicação das medidas legais e contratuais cabíveis.

3.2. O descumprimento da obrigação de sigilo, seja por revelar ou por facilitar que sejam reveladas Informações Confidenciais, dará ensejo à aplicação das penalidades previstas neste Contrato e à adoção das medidas judiciais cabíveis por força da Lei nº 9.279/96 e demais leis aplicáveis.

3.3. A divulgação de Informação Confidencial não viola o dever de confidencialidade disciplinado no Contrato quando:

- a) for legalmente do conhecimento e/ou estiverem sob a posse legítima antes de ter sido divulgada e desde que não esteja sob sigilo em razão de lei ou de outro contrato;
- b) for de conhecimento público, desde que nenhuma das Partes tenha concorrido para isso, seja por ação ou omissão, e que não tenha violado o disposto nesta Carta-Contrato;
- c) tiver sido legal e comprovadamente revelada por terceiros não sujeitos a dever legal ou contratual de mantê-la sob sigilo;
- d) realizada para atender a determinação judicial, arbitral, administrativa ou

legal aplicáveis ao caso, devendo ser solicitado seu segredo no tratamento;  
e) houver prévia e expressa anuência, por escrito, quanto à liberação da obrigação de sigilo pela Parte que a tenha classificado.

3.3.1. Nos casos descritos no item (d), a Parte que classificou a informação deverá ser notificada em até 24 (vinte e quatro) horas.

#### **4. DIREITOS HUMANOS**

4.1. As Partes se comprometem a respeitar os direitos humanos, conforme estabelecido na Carta Internacional de Direitos Humanos, na Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho e em outros instrumentos nacionais e internacionais, a atuar com a devida diligência, de acordo com os Princípios Orientadores sobre Empresas de Direitos Humanos da ONU, a promover e proteger os direitos humanos, garantindo que não haja violação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, na execução deste contrato.

4.2. Em alinhamento com os compromissos assumidos pela PETROBRAS, o CONTRATADO declara:

- a) Respeitar os direitos humanos, adotando práticas e políticas que garantam os direitos humanos reconhecidos nacional e internacionalmente;
- b) Proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável, que promova a diversidade, equidade e inclusão, o respeito às diferenças e a igualdade de oportunidades no acesso, remuneração e ascensão no emprego, incluindo equiparação salarial entre homens e mulheres;
- c) Respeitar o direito de todos os empregados de formar ou se associar a sindicatos, bem como de negociar coletivamente, assegurando que não haja represálias;
- d) Respeitar e cumprir a legislação ambiental na execução de serviços ou fornecimento de bens, adotando as melhores práticas ambientais, prevenindo riscos e mitigando impactos ambientais decorrentes de suas atividades; e
- e) Respeitar os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, sua autodeterminação, o acesso à terra, a seus meios de vida e seus princípios culturais e sociais.

4.3. Em alinhamento com os compromissos assumidos pela PETROBRAS, o CONTRATADO, na execução deste contrato, se obriga e declara:

- a) Não praticar ou tolerar qualquer ato de preconceito ou discriminação, assédio e/ou violência sexual;
- b) Não praticar e/ou compactuar com qualquer forma de exploração sexual de crianças e adolescentes;
- c) Não utilizar mão-de-obra infantil, nem submeter seus colaboradores a condição análoga à de escravo ou condições de trabalho degradantes, garantindo condições adequadas de alimentação, de alojamento e sanitárias;
- d) Não praticar e/ou compactuar com atos que configurem ameaças ou intimidações contra defensores(as) de direitos humanos de qualquer natureza,

no livre exercício de suas atividades, em respeito à liberdade de expressão, associação e manifestação; e

e) Não praticar atos que configurem comportamento ilegal ou abusivo na interação entre forças de segurança, comunidades e trabalhadores, devendo evitar o uso de armas letais e prestar socorro às vítimas.

4.4. No momento da assinatura do Contrato e sempre que solicitado, o CONTRATADO deverá providenciar declaração de atendimento aos itens 4.2 e 4.3, nos termos do modelo em anexo.

4.5. A fim de garantir a apuração de denúncias de violação de direitos humanos ou de violência no trabalho, o CONTRATADO deverá:

a) Assegurar que todas as manifestações sejam respondidas e que não haja retaliação a qualquer tipo de manifestação recebida; e

b) Cooperar plenamente com a PETROBRAS em qualquer auditoria, investigação de denúncias de violação de direitos humanos, violência no trabalho, incluindo violência sexual, assédio, abuso ou comportamento inapropriado, fornecendo as informações, documentos, instrumentos de trabalho e a assistência necessárias, inclusive garantindo o acesso aos locais de realização dos serviços contratados, ainda que em suas dependências, bem como envidar esforços para que os seus empregados envolvidos compareçam a entrevistas perante à PETROBRAS, de forma a permitir a verificação do cumprimento das disposições contidas nesta cláusula.

4.6. Caso, ao longo da execução do Contrato, seja identificado o não atendimento dos itens 4.2, 4.3 e 4.5, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, acompanhada de plano de ação aprovado pela PETROBRAS, no prazo de 15 dias, para seu atendimento, independente da aplicação da multa prevista na Cláusula de Multas.

## **5. CONFORMIDADE**

5.1. Para os efeitos deste item, aplicam-se as seguintes definições:

i. “Leis Anticorrupção”: leis aplicáveis relacionadas a corrupção, incluindo, mas não limitado, Lei nº 12.846/13, disposições aplicáveis do Código Penal Brasileiro, United States Foreign Corrupt Practices Act de 1977 e United Kingdom Bribery Act 2010.

ii. “Grupo”: em relação às PARTES, suas controladas, controladoras e sociedades sob controle comum, suas sucessoras, cessionárias, seus administradores, prepostos, empregados, representantes e agentes, incluindo subcontratados, bem como, caso o CONTRATADO seja um consórcio, os membros do Grupo de cada uma das empresas que o constitui.

iii. “Sanções”: leis, regulações, proibições, ordens e medidas restritivas implementadas pelas Nações Unidas, Estados Unidos da América, União Europeia e Reino Unido, incluindo suas instituições e agências governamentais, que estabeleçam sanções econômicas ou controles de importação ou

exportação voltados a proibir ou restringir negócios com indivíduos, entidades, governos, países ou territórios.

5.2. O CONTRATADO, com relação à negociação, atividades, operações, serviços e trabalhos referentes a esta Carta-Contrato, declara, garante e se compromete que ela própria e os membros do seu Grupo:

(i) não realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram qualquer pagamento, presente, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja direta ou indiretamente, a qualquer agente público ou pessoa a ele relacionada, ou qualquer outro indivíduo ou entidade, em violação às Leis Anticorrupção;

(ii) cumprirão as Leis Anticorrupção; e

(iii) cumpriram e cumprirão as normas aplicáveis referentes a lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, a Lei n.º 9.613/98.

5.3. O CONTRATADO reconhece que, além das resoluções sancionatórias do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de observância obrigatória por força da Lei nº 13.810/2019, a PETROBRAS deve cumprir as Sanções.

5.3.1. O CONTRATADO declara e garante que está engajado na execução desta Carta-Contrato, não está sujeito a Sanções e não consta em lista de Sanções; e é ou será nacionais de ou residente em países sujeitos a Sanções;

5.3.2. Esta Carta-Contrato não deverá ser interpretada ou aplicada de forma a impor à PETROBRAS que faça ou deixe de fazer algo quando isso torná-la exposta ao risco de inobservância de Sanções.

5.3.3. Nas atividades, operações, serviços e trabalhos relacionados a esta Carta-Contrato, o CONTRATADO deverá observar as restrições aplicáveis decorrentes das Sanções, bem como abster-se de praticar ou interromper a prática de qualquer ação que exponha a PETROBRAS ao risco de inobservância de Sanções.

5.4. O CONTRATADO se obriga a notificar imediatamente a PETROBRAS de qualquer investigação ou procedimento iniciado por uma autoridade governamental relacionado a fatos ou alegações que possam caracterizar descumprimento deste item 5 e envidará todos os esforços para manter a PETROBRAS informada quanto ao progresso e ao caráter de tais procedimentos, devendo fornecer as informações solicitadas pela PETROBRAS.

5.5. O CONTRATADO declara e garante que possui controles internos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às Leis Anticorrupção. A existência de tais controles, políticas e procedimentos poderá ser verificada pela PETROBRAS.

5.6. Em suporte ao cumprimento deste item, o CONTRATADO deverá:

(i) prestar, de forma célere e detalhada, com o devido suporte documental, informações que venham a ser requeridas pela PETROBRAS;

- (ii) cooperar e auxiliar a auditoria, verificação ou investigação conduzida pela PETROBRAS sobre fatos ou alegações que possam caracterizar não conformidades;
- (iii) elaborar seus livros, registros e relatórios de acordo com as leis e normas contábeis aplicáveis, mantendo-os pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos após o encerramento desta Carta-Contrato;
- (iv) dar acesso a PETROBRAS, após comunicação por escrito com, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis de antecedência, aos documentos e informações necessários e fornecer acesso à PETROBRAS, para fins de verificação da conformidade do CONTRATADO com os itens 5.2 e 5.3, por até 10 (dez) anos contados da assinatura desta Carta-Contrato; e
- (v) providenciar, sempre que solicitado pela PETROBRAS, declaração de conformidade nos termos do modelo anexo.

5.7. O CONTRATADO reportará, por escrito, para o endereço eletrônico <https://www.contatoseguro.com.br/petrobras>, qualquer solicitação, explícita ou implícita, de vantagem pessoal feita por membro do Grupo da PETROBRAS para o CONTRATADO ou qualquer membro do seu Grupo.

5.8. O descumprimento deste item 5 configura irregularidade grave sujeita o CONTRATADO às consequências legais e contratuais aplicáveis, em especial às previsões relativas a Multas Contratuais, Sanções Administrativas (quando aplicável) e Encerramento.

## **6. CONTEÚDO LOCAL**

6.1 - Caso assumido tal compromisso nesta Carta-Contrato, a CONTRATADA se obriga a atingir o Percentual Mínimo de Conteúdo Local, sendo o descumprimento classificado como irregularidade grave para os fins de aplicação de sanção administrativa.

6.2 - A CONTRATADA é exclusivamente responsável pela veracidade e confiabilidade das informações por ela prestadas à PETROBRAS e à Certificadora que foi contratada para determinar o percentual do CL da Carta-Contrato, quando aplicável.

6.3 - Caso a PETROBRAS seja multada pela ANP pelo não cumprimento do compromisso de CL estabelecido pelo Contrato de Concessão, em decorrência das informações equivocadas prestadas pela CONTRATADA à Certificadora (quando aplicável), à PETROBRAS ou à ANP, a CONTRATADA deverá pagar, em favor da PETROBRAS, o valor referente à multa resultante da diferença entre (i) o percentual de CL efetivamente apurado e (ii) o percentual informado incorretamente no CCL ou no DCL entregue pela CONTRATADA à PETROBRAS.

## **7. DA PROPRIEDADE SOBRE OS RESULTADOS E DO DIREITO DE AUTOR**

7.1 - Respeitados os direitos da Contratada anteriores à assinatura desta Carta-Contrato, a PETROBRAS será titular dos direitos autorais, programas de



computador ou de propriedade industrial gerados em razão ou para a execução da Carta-Contrato, passíveis ou não de registro, para fins de obtenção de proteção legal, nos órgãos competentes nacionais ou seus similares estrangeiros.

7.2 - Caso algum dos bens intelectuais mencionados no item 7.1 possa ser objeto de pedido de patente, de modelo de utilidade ou de desenho industrial, a CONTRATADA fica obrigada a guardar sigilo sobre quaisquer dados, informações ou conhecimento que estejam direta ou indiretamente relacionados ao bem intelectual e que, não sendo de domínio público, tenham sido gerados ou adquiridos pela CONTRATADA em razão ou para a execução da Carta-Contrato, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

7.2.1 - O dever de sigilo deverá perdurar pelos seguintes prazos:

- a) Modelos de utilidade: pelo tempo necessário para o depósito do pedido de registro;
- b) Desenhos industriais: 180 dias, a partir da data do depósito do pedido de registro;
- c) Patentes: 18 meses a partir da data do depósito do pedido de registro ou da reivindicação de prioridade mais antiga, se houver.

7.2.2 - A PETROBRAS informará de modo inequívoco à CONTRATADA a data de depósito de pedido de registro

7.2.3 - A CONTRATADA concorda que a PETROBRAS poderá optar por proteger o bem intelectual como segredo de indústria ou de comércio – hipótese em que a CONTRATADA deverá manter sigilo perene sobre as Informações Confidenciais.

7.3 - Caso, para a execução dos serviços, for necessária a criação de obra autoral encomendada pela PETROBRAS (incluindo, mas não se limitando a programas de computador, bases de dados e bens afins) ou que deva ser de seu uso exclusivo em razão de sua natureza, finalidade ou vinculação aos demais elementos do objeto da Carta-Contrato, a CONTRATADA se obriga a:

- a) Garantir que as pessoas físicas criadoras, sejam seus próprios funcionários ou terceiros por ela contratados, cedam por escrito, a título definitivo, universal e irrevogável, a titularidade dos direitos patrimoniais correlatos à PETROBRAS;
- b) Responder por todas as despesas relativas à cessão de direitos autorais patrimoniais, sem quaisquer ônus para a PETROBRAS.

7.3.1 - A CONTRATADA declara e concorda que a pertencem à PETROBRAS, com exclusividade, desde o momento da sua criação, os desenvolvimentos posteriores ou modificações derivadas de programas de computador ou propriedade industrial de titularidade da PETROBRAS.

7.4 - A CONTRATADA deverá obter prévia e expressa licença dos autores ou dos titulares de direitos autorais patrimoniais das obras autorais preexistentes

necessárias em razão ou para a execução do objeto da Carta-Contrato, exceto para utilização nas hipóteses dos artigos 46 a 48 da Lei nº 9.610/98.

7.4.1 - Se a PETROBRAS tiver que usar por si as mesmas obras autorais de terceiros, a licença de uso também deverá prever expressamente, o uso das obras autorais pela PETROBRAS pelo tempo necessário para a completa fruição dos resultados da Carta-Contrato e sem quaisquer pagamentos adicionais.

7.5 - A CONTRATADA, quando solicitada pela PETROBRAS, deve fornecer toda a documentação técnica relativa aos desenvolvimentos realizados. No caso de programas de computador, o código-fonte deverá ser entregue, na íntegra e sem custos adicionais, até o termo final da Carta-Contrato ou em prazo definido no Anexo de Especificação de Serviços.

## **8. RESPONSABILIDADE DAS PARTES**

### **Definições**

8.1. Para fins deste item 6, aplicam-se as seguintes definições:

- (i) Danos Diretos: prejuízos causados diretamente pela ação ou omissão da parte infratora;
- (ii) Danos Indiretos: prejuízo verificado como consequência posterior do Dano Direto, sem relação direta e imediata com a conduta geradora do evento danoso;
- (iii) Dolo: ação ou omissão com a intenção de causar dano a pessoas, propriedade ou ao meio ambiente;
- (iv) Valor Contratual Reajustado: valor inicial da Carta-Contrato acrescido de seus reajustes e aditivos, incluindo eventual prorrogação.
- (v) Poluição: degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente, (a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, e/ou (b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, e/ou (c) afetem desfavoravelmente a biota, e/ou (d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e/ou (e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;
- (vi) Poluição Acidental: Poluição causada em decorrência de um evento inesperado, indesejável e não intencional, que não seja decorrente do descumprimento de legislação (descumprimento de qualquer lei, norma, regulamento, licença, autorização, ordem de autoridade competente aplicáveis ou necessárias à execução da Carta-Contrato) ou da Carta-Contrato, com nexo causal direto ao evento.

### **Danos Diretos**

8.2. A responsabilidade das Partes por Danos Diretos será limitada a 10% (dez por cento) do Valor Contratual Reajustado.

8.3. A limitação de valor do item 8.2 não será aplicável quando a responsabilidade das Partes for decorrente de:



- (i) violação da legislação ambiental (descumprimento de qualquer lei, norma, regulamento, licença, autorização, ordem de autoridade competente aplicáveis ou necessárias à execução da Carta-Contrato), emanada de agências reguladoras, fiscal, trabalhista, previdenciária, anticorrupção e de proteção de dados pessoais, incluindo o pagamento de tributos, sanções ou penalidades aplicadas por autoridade governamental, desde que haja nexo de causalidade com o dano;
- (ii) descumprimento das obrigações legais e contratuais de conformidade, sigilo e da violação de direitos de propriedade intelectual da outra Parte e terceiros;
- (iii) Dolo de qualquer das Partes.

8.4. Quando o risco ambiental associado à execução da Carta-Contrato for médio ou alto:

- a) sem prejuízo do item 8.2 acima, o CONTRATADO se obriga a indenizar o dano que causou em decorrência de Poluição Acidental na execução da Carta-Contrato, até o limite de 10% (dez por cento) do Valor Contratual Reajustado; e
- b) a limitação de valor prevista no item 8.2 não será aplicável à responsabilidade das Partes por danos de Poluição decorrentes diretamente do descumprimento da Carta-Contrato, com nexo causal direto ao evento.

8.5. Os limites de responsabilidade aqui previstos não se aplicam aos seguintes casos:

- a) obrigação de reparar, corrigir, reconstruir ou substituir vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução da Carta-Contrato ou de materiais empregados, que será limitada ao Valor Contratual Reajustado;
- b) multas previstas na Carta-Contrato, que se submetem aos limites estabelecidos nas respectivas cláusulas;
- c) execução do remanescente do objeto contratual na hipótese de rescisão da Carta-Contrato motivada pelo CONTRATADO, que será limitada a 100% do Valor Contratual Reajustado.

#### **Danos a terceiros**

8.6. O CONTRATADO se obriga a indenizar terceiros pelos danos que tenha causado, limitado ao menor valor dentre os abaixo:

- a) 10% (dez por cento) do Valor Contratual Reajustado; ou
- b) US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares), convertidos para Reais (R\$) pela PTAX de venda do Dólar dos Estados Unidos da América em moeda nacional corrente, publicada pelo Banco Central do Brasil, no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento do dano.

8.6.1. A PETROBRAS se obriga a indenizar terceiros pelo valor que ultrapassar o limite de responsabilidade do CONTRATADO.

8.6.2. O limite previsto no item 8.6 não se aplica à responsabilidade do CONTRATADO por danos a terceiros decorrentes de Poluição.

8.7. As Partes terão assegurado o direito de regresso quanto aos valores pagos a terceiros em virtude de condenação judicial transitada em julgado, acrescido dos acessórios, tais como despesas judiciais e honorários advocatícios, quando a condenação for fundada em obrigação contratual que cabia à outra parte, observado o limite de responsabilidade do CONTRATADO previsto no item 8.6.

#### **Danos Indiretos e lucros cessantes**

8.8. Nenhuma das Partes será responsável por Danos Indiretos sofridos pela outra Parte, exceto quando tiverem sido causados pelo descumprimento das obrigações contratuais de sigilo.

8.9. Nenhuma das Partes será responsável por lucros cessantes sofridos pela outra Parte, exceto quando tiverem sido causados:

- a) pelo descumprimento das obrigações contratuais de Conformidade;
- b) pela violação dos direitos de propriedade intelectual da outra Parte e terceiros;
- c) pelo descumprimento das obrigações contratuais de sigilo.

8.10. Caso a Carta-Contrato não tenha risco de exposição de informações sensíveis, os Danos Indiretos e os lucros cessantes relacionados ao descumprimento da obrigação de sigilo estarão limitados a 100% do Valor Contratual Reajustado.

8.11. Caso a Carta-Contrato não tenha risco de exposição de direito de propriedade intelectual da Petrobras ou de terceiros, os lucros cessantes relacionados à violação dos direitos de propriedade intelectual da outra Parte e terceiros estarão limitados a 100% do Valor Contratual Reajustado.

### **9. MEDIÇÃO, FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO**

#### **Medição**

9.1. Os serviços registrados no RM são considerados aceitos, provisoriamente, para fins de faturamento pelo CONTRATADO. A PETROBRAS poderá rejeitá-los posteriormente, e obrigar o CONTRATADO a refazê-los caso identifique vícios, defeitos ou incorreções.

#### **Faturamento**

9.2. Os documentos de cobrança deverão ser emitidos sem rasuras, contendo, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- CPF do CONTRATADO conforme estabelecimento(s) indicado(s) na Carta-Contrato;
- Indicação do estabelecimento da PETROBRAS tomador dos serviços;

- Local e data de sua emissão e número do documento de cobrança;
- Número da Carta-Contrato (ICJ);
- Número do RM e período de medição;
- Valor bruto do documento de cobrança, numericamente e por extenso;
- Item(ns) da legislação tributária do município competente correspondente ao item da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003 indicado(s) no Anexo de Planilha de Preços;
- Outras informações conforme exigência imposta pela legislação municipal competente.

9.3. A apresentação do documento de cobrança desconforme ou fora do prazo determinado poderá implicar em sua rejeição.

9.3.1. No caso de medição por período, os documentos de cobrança devem ser apresentados à PETROBRAS até o 4º (quarto) dia do mês seguinte ao período da medição.

9.3.2. No caso de medição por evento, os documentos de cobrança devem ser apresentados à PETROBRAS até o 7º (sétimo) dia após a medição do evento. Caso o 7º (sétimo) dia após a medição do evento seja igual ou superior ao dia 25 do mês corrente, o CONTRATADO deverá efetuar o protocolo dos documentos de cobrança indispensáveis à regularidade do pagamento até o 4º (quarto) dia do mês subsequente ao da medição do evento.

9.4. Se a Contratada emitir documento fiscal em desacordo com a legislação tributária municipal e/ou com a Carta-Contrato, deverá apresentar documento substitutivo e proceder com as ações administrativas junto ao Fisco para o cancelamento do documento desconforme, nos termos da legislação.

9.4.1. Caso advenha lançamento fiscal contra a PETROBRAS, em virtude da emissão de documento fiscal desconforme, a qualquer tempo, a CONTRATADA ressarcirá os prejuízos causados à PETROBRAS, reembolsando ou compensando os valores pagos ou depositados para garantia em processo judicial, no momento em que efetuar o pagamento ou realizar o depósito judicial, acrescido dos custos despendidos pela PETROBRAS em sua eventual defesa, em sede administrativa e/ou judicial, na forma dos itens 1.4 e 1.4.1.

9.5. Nenhum faturamento do CONTRATADO será processado sem que tenha sido previamente emitido o respectivo RM.

### **Forma de Pagamento**

9.6. Os pagamentos devidos serão efetuados pela PETROBRAS, em REAIS, por meio de crédito em conta corrente, mediante qualquer meio de transferência bancária a critério da PETROBRAS. O vencimento se dará na quinta-feira posterior ao 30º (trigésimo) dia corrido, contado da data final do período de medição ou da medição do evento, o que for aplicável, desde que o CONTRATADO efetue o protocolo completo dos documentos de cobrança

indispensáveis à regularidade do pagamento, no local e na forma indicados pela PETROBRAS.

9.7. Não há remuneração pelo transcurso de prazo necessário ao pagamento das faturas.

9.7.1. O pagamento se dará no primeiro dia útil posterior quando a data de vencimento de qualquer evento de pagamento coincidir com feriado bancário na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

9.8. Despesas reembolsáveis serão pagas na quinta-feira posterior ao 30 (trigésimo) dia corrido contado da apresentação do registro de protocolo dos documentos de cobrança em nome da PETROBRAS, respeitando as disposições do item de Despesas Acessórias.

9.9. A alteração da conta corrente única cadastrada na PETROBRAS deverá ser solicitada pelo CONTRATADO através de canal eletrônico disponibilizado pela PETROBRAS ou, em caso de sua indisponibilidade, de comunicação formal à PETROBRAS com 30 dias de antecedência em relação ao primeiro pagamento a ser efetuado nessa nova conta única.

9.10. A PETROBRAS poderá deduzir do pagamento devido ao CONTRATADO, comunicando-lhe, por escrito, com antecedência de cinco dias úteis, as importâncias correspondentes a:

a) Débitos ou desembolsos a que o CONTRATADO tiver dado causa, notadamente multas de qualquer espécie, depósitos para garantia em processo judicial, débitos referentes ao não pagamento da Taxa de Transação prevista no Termo de Adesão da Petronect e Usuário/Assinante, e os valores decorrentes de obrigações tributárias, acrescidos de consectários;

b) Despesas relativas à correção de falhas;

c) Insumos de sua responsabilidade não fornecidos;

d) Utilização de materiais ou equipamentos da PETROBRAS cujo fornecimento seja obrigação do CONTRATADO;

e) Valores relativos ao cumprimento, pela PETROBRAS, de qualquer ordem de bloqueio judicial ou administrativo referente a obrigações e/ou débitos do CONTRATADO, que serão reajustados com base na taxa SELIC, considerando o período compreendido entre a data do desembolso efetuado pela PETROBRAS e a data em que ocorrer a compensação resultante da dedução;

f) Pagamentos efetuados a maior.

9.11. As deduções indicadas acima poderão ter origem nesta Carta-Contrato, em Edital ou em qualquer outro contrato celebrado entre as Partes.

9.12. Caso a PETROBRAS realize deduções em desacordo com o previsto na Carta-Contrato, os valores incorretamente deduzidos deverão ser devolvidos 30 dias a partir do aceite da PETROBRAS da solicitação enviada pelo CONTRATADO ou após identificada a incorreção pela PETROBRAS.

9.12.1. Os valores a serem devolvidos serão atualizados, a partir do dia da dedução realizada até o dia anterior ao do aceite pelo CONTRATADO, dos valores a serem devolvidos, exclusivamente com base na Taxa SELIC.

9.13. Caso não haja a possibilidade de dedução na forma prevista no item 9.13 acima, o CONTRATADO devolverá eventuais pagamentos efetuados a maior pela PETROBRAS em 30 dias após notificação emitida pela PETROBRAS. Eventuais pagamentos efetuados a menor serão pagos pela PETROBRAS em 30 dias após aceite pela PETROBRAS da solicitação do CONTRATADO ou após identificada a incorreção pela PETROBRAS.

## **10. INCIDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS**

10.1. O CONTRATADO declara haver levado em conta, quando da solicitação para credenciamento, que no valor da hora-aula estão inclusos todos os tributos devidos em decorrência direta desta Carta-Contrato ou de sua execução, não cabendo solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente decorrentes de erro nessa avaliação.

10.1.1 - Não se entendem como tributos devidos em decorrência direta da Carta-Contrato aqueles cujo ônus econômico deve ser suportado pelo CONTRATADO.

10.1.2 - A CONTRATADA se compromete a reduzir o preço contratual em virtude do acréscimo indevido de valores correspondentes a tributos de qualquer natureza, de não aproveitamento de benefícios fiscais, de não realização de deduções ou de não aproveitamento de créditos autorizados por lei, com a consequente restituição ou compensação à PETROBRAS dos valores pagos à CONTRATADA, com base na Taxa SELIC, considerando o período compreendido entre o dia do pagamento à CONTRATADA e o dia anterior ao da restituição ou compensação.

10.2. A PETROBRAS, quando fonte retentora, irá descontar e recolher dos pagamentos que efetuar, nos prazos da legislação, os tributos a que esteja obrigada pela legislação, não tendo o CONTRATADO direito à majoração do valor a ser pago nem à revisão mencionada no item 10.3.

10.2.1. O CONTRATADO fornecerá previamente todos os documentos necessários para a eventual redução ou eliminação da retenção a ser efetuada pela PETROBRAS, sem necessidade de notificação ou aviso prévio.

10.3 - Se após a solicitação de credenciamento ocorrer criação de novos tributos, alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda

extinção de tributos, instituição, habilitação ou enquadramento em incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou isenção ou redução de tributos, que de forma direta venham a majorar ou reduzir comprovadamente o ônus do CONTRATADO, o preço será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se na primeira oportunidade a diferença decorrente das respectivas alterações.

10.3.1 - A majoração do preço contratual somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão do CONTRATADO ou de mera circunstância econômica já previsível ou existente quando da apresentação da proposta.

10.3.2 - A Contratada deverá atualizar os sistemas da PETROBRAS acerca de quaisquer alterações de informações que tenham sido fornecidas no momento do cadastro. Alterações de dados cadastrais referente aos itens 10.3 e 10.3.1 também deverão ser notificadas por escrito ao gerente do contrato.

10.3.3 - Caso a PETROBRAS venha a ser autuada em razão de não conhecimento de alterações cadastrais no Contratado, o Contratado deverá ressarcir a PETROBRAS por eventuais prejuízos causados.

10.4. O preço contratual será imediatamente ajustado para excluir o valor de tributo que se torne total ou parcialmente indevido compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações, nas seguintes hipóteses:

- a) enquadramento em hipótese legal de dispensa de contestação, oferecimento de contrarrazões e de interposição de recursos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e de não constituição de crédito tributário pelos Auditores Fiscais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;
- b) súmula vinculante;
- c) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) ou em processos com repercussão geral reconhecida; ou
- d) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal.

## **11. MULTAS CONTRATUAIS**

11.1. O descumprimento das obrigações do CONTRATADO ensejará a aplicação de multa, com base no direito privado, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades.

11.1.1. O prazo de apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da comunicação de ocorrência do descumprimento.

11.1.2. A multa específica para o descumprimento de determinada obrigação prevalecerá sobre as multas genéricas.



11.1.3. Quando a base de cálculo da multa for o Valor Total da Carta-Contrato, levará em conta o valor inicial do Contrato com o reajuste contratual, incluindo aditivos de acréscimos e supressões celebrados até a data do fato gerador da multa.

11.1.3.1. Não será considerado no cálculo do Valor Total da Carta-Contrato o valor acrescido em razão de prorrogação de prazo, salvo previsão expressa.

11.1.4. As multas moratórias são cumuláveis e caso estejam relacionadas ao mesmo fato gerador, do valor da multa compensatória será deduzido o montante já pago a título de multa moratória.

11.1.5. O valor total devido por multas moratórias está limitado a 100% (cem por cento) do Valor Total da Carta-Contrato.

#### **Multas moratórias**

11.2. A PETROBRAS poderá aplicar ao CONTRATADO multa moratória pelo atraso no cumprimento dos prazos ou obrigações contratuais ou no atendimento às exigências contratuais, conforme valor fixo estabelecido na tabela abaixo, de acordo com a faixa de valor da Carta-Contrato, por dia de atraso, limitado a 30% do valor da medição do período em que houve o evento gerador da multa. Caso não ocorra medição no período em que houve o fato gerador da multa, o limite de 30% será aplicado sobre o valor da próxima medição.

Faixa de Valor do Contrato (R\$)	Multa Moratória Diária (R\$)
até 10.000,00	8,00
de 10.000,01 até 25.000,00	20,00
de 25.000,01 até 50.000,00	40,00
50.000,01 até 200.000,00	50,00
de 200.000,01 até 500.000,00	200,00
de 500.000,01 a 1.000.000,00	500,00
de 1.000.000,01 a 2.000.000,00	1.000,00
de 2.000.000,01 a 3.000.000,00	2.000,00
de 3.000.000,01 a 4.000.000,00	3.000,00
de 4.000.000,01 a 5.000.000,00	4.000,00
de 5.000.000,01 a 6.000.000,00	5.000,00
de 6.000.000,01 a 7.000.000,00	6.000,00
Acima de 7.000.000,01	7.000,00

11.2.1. O atraso configura-se a partir do descumprimento da obrigação.

11.2.2. Quando não for conhecida a data de início do descumprimento, a multa será aplicada a partir da data em que a Petrobras tomou conhecimento do inadimplemento.

11.2.3. O valor total de multas moratórias aplicadas está limitado a 10% (dez por cento) do Valor Total da Carta-Contrato.

## **12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Sem prejuízo das penalidades contratuais, do disposto no item de Responsabilidade das Partes e da possibilidade de rescisão contratual, a PETROBRAS possui a prerrogativa de aplicar ao CONTRATADO sanções administrativas, nos termos da Lei 13.303/2016 e dos arts. 213 a 229 do RLCP.

12.1.1. A sanção administrativa será aplicada após a instauração de regular procedimento administrativo, no qual são assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa.

12.1.2. A PETROBRAS poderá, justificadamente e, a seu critério, aplicar multa Administrativa em substituição integral à pena de suspensão branda, média ou grave.

12.1.2.1. A Multa Administrativa terá seu valor definido conforme as seguintes fórmulas:

Multa Administrativa branda =  $(0,1\% \text{ RB} + 0,1\% \text{ VC} + \text{VPA}) / 3$

Multa Administrativa média =  $(0,2\% \text{ RB} + 0,2\% \text{ VC} + \text{VPA}) / 3$

Multa Administrativa grave =  $(0,4\% \text{ RB} + 0,4\% \text{ VC} + \text{VPA}) / 3$

Onde:

RB = receita bruta do CONTRATADO no último ano fiscal imediatamente anterior à conduta que enseja a aplicação da multa

VC = valor da Carta-Contrato ou do instrumento convocatório (contratação)

VPA = valor do prejuízo apurado a partir da conduta do CONTRATADO (não havendo prejuízo ou impossibilidade de apuração, o VPA atribuído será igual a zero), limitado ao somatório da RB e do VC, exceto nos casos em que a sanção se referir a inadimplemento de obrigações trabalhistas, quando tal limite não será aplicado

12.1.2.1.1. O limite total a título de multa administrativa substitutiva da pena de suspensão será de 10% do Valor Total da Carta-Contrato, equivalente ao valor inicial da Carta-Contrato com o reajuste contratual, os acréscimos e supressões via aditivos celebrados até a data do fato gerador da multa e sem a incidência de acréscimos proporcionais a eventual prorrogação.

12.1.2.2. A substituição da sanção de suspensão pela Multa Administrativa será considerada efetivada quando a CONTRATADO efetuar o pagamento integral da Multa Administrativa. Enquanto não ocorrer o efetivo pagamento, a pena de Suspensão produzirá seus efeitos desde a sua aplicação.

12.1.2.3. O pagamento da Multa Administrativa poderá ser feito mediante desconto dos pagamentos eventualmente devidos pela PETROBRAS.

12.1.2.3.1. O CONTRATADO também poderá efetuar o pagamento relativo ao valor da Multa Administrativa na forma prevista na notificação de aplicação de sanção.

### **13. SITUAÇÕES DE CARÁTER EXCEPCIONAL**

#### **Caso Fortuito e Força Maior**

13.1. Ocorrendo circunstâncias que caracterizem caso fortuito ou de força maior, a parte impossibilitada de cumprir sua obrigação deverá comunicá-las à outra, por escrito e imediatamente, revelando as respectivas consequências, com a possibilidade de suspensão do prazo do Contrato e interrupção em sua execução.

13.2. As partes suportarão as suas respectivas perdas durante o período em que for reconhecido o caso fortuito ou força maior.